



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

DESPACHO COJUR/CFM n.º 353/2018

Expediente CFM n.º 6366/2018

EMENTA: CERTIDÃO NEGATIVA DE CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. INSCRIÇÃO TRANSFERIDA OU CANCELADA PASSADOS MAIS DE 8 ANOS. NÃO PREVISÃO DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO. NÃO PREVISÃO DA NECESSIDADE DE PROVA DE REABILITAÇÃO DE CONDENAÇÃO APLICADA POR CRM NO QUAL O MÉDICO NÃO ATUE POR PRAZO SUPERIOR A 08 ANOS.

- I. A Resolução CFM 2161/2017 estabeleceu no art. 10, VI, como condição de elegibilidade a apresentação de certidão negativa de condenação transitada em julgado em processos ético-profissionais do(s) Conselho(s) de Medicina no qual esteve inscrito nos últimos oito anos. Ultrapasso este período, não há obrigação da juntada da certidão.
- II. O prazo da inelegibilidade prevista no art. 11, VI da mesma Resolução, relativa à condenação por infração ético-profissional, é de 08 anos, sendo necessária a reabilitação perante o CRM.
- III. A habilitação deve ser requerida no CRM onde o médico está inscrito, e não onde esteve inscrito, conforme art. 124 do CPEP.
- IV. Ausência de previsão de reabilitação de penalidade aplicada por CRM onde o médico não atue por mais de 08 anos.

Relatório

Trata-se de consulta do Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo, protocolada no CFM sob o n.º 6366/2018, na qual solicita os seguintes esclarecimentos:

A certidão negativa de condenação transitada em julgado em processos ético-profissionais de outro Conselho ou Ordem profissional na qual estiver ou esteve inscrito nos últimos 8 anos, contados da data da apresentação do respectivo documento, conforme prevista no inciso V, do artigo 10 das instruções aprovadas pela Resolução CFM nº 2161/2017, deverá ser apresentada pelos candidatos que possuam situação nos outros Conselhos ou Ordem Profissional, de inscrição "transferida" ou "cancelada", há mais de 08 anos?

Informamos que este esclarecimento se faz necessário, tendo em vista que de acordo com o Código de Processo Ético-Profissional, a penalidade somente é retirada após requerimento do médico, conforme dispõe o art. 124 do CPEP, a seguir transcrito: **"Art. 124. Decorridos 8 (oito) anos após o**



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

cumprimento da pena e sem que tenha sofrido qualquer outra penalidade ético-profissional, poderá o médico requerer sua reabilitação ao CRM onde está inscrito, com a retirada dos apontamentos referentes a condenações anteriores.”

Portanto, podem ocorrer casos de médicos candidatos já penalizados há mais de 08 anos e que já estejam transferidos ou cancelados nos outros Regionais ou Ordem profissional, que não tenham requerido a sua reabilitação.

É o relatório.

Análise Jurídica

A questão levantada pelo CRM-ES traz como premissa as seguintes situações:

- 1ª O médico sofreu condenação em processo ético-profissional;
- 2ª O médico transferiu ou cancelou o seu registro no CRM em que foi condenado, em prazo superior a 8 anos;
- 3ª O médico não requereu reabilitação;
- 4ª O médico deseja ser candidato a membro do CRM em que está atualmente inscrito;

A Resolução CFM 2161/2017 estabeleceu no art. 10, VI, como condição de elegibilidade a apresentação de certidão negativa de condenação transitada em julgado em processos ético-profissionais do(s) Conselho(s) de Medicina no qual esteve inscrito nos últimos oito anos.

Por sua vez, no art. 11, VI a citada Resolução impôs como causa de inelegibilidade a condenação por infração ético-profissional, com decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado do Conselho Federal de Medicina, fixando o período de inelegibilidade em oito anos após o cumprimento da pena, e determinando ser necessária a reabilitação perante o CRM.

No caso em tela, o médico não precisará juntar certidão negativa do CRM em que esteve inscrito, uma vez que essa obrigação cinge-se ao período de 8 anos. Assim, médico que tenha atuado em outro CRM e que há mais de 08 anos transferiu o seu CRM, ou pediu cancelamento, não é obrigado a juntar a referida certidão.

Por outro lado, o prazo de inelegibilidade fixado no art. 11, VI da Resolução CFM nº 2161/2017 é de 08 anos, havendo dispositivo expresso no



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

sentido de que há necessidade de que a reabilitação seja requerida, não sendo, portanto, automática.

Ocorre que o art. 124 do Código de Processo Ético-Profissional dispõe:

Art. 124. Decorridos 8 (oito) anos após o cumprimento da pena e sem que tenha sofrido qualquer outra penalidade ético-profissional, poderá o médico requerer sua reabilitação ao CRM onde **está** inscrito, com a retirada dos apontamentos referentes a condenações anteriores.

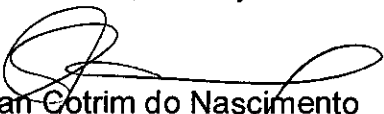
O tempo verbal do verbo "estar" utilizado no artigo supra reproduzido revela que o médico não requererá a reabilitação onde esteve inscrito, mas sim onde está (atualmente).

Assim, pela modalidade hermenêutica teleológica, onde o intérprete da norma perquire a intenção do legislador, pode-se concluir que a intenção é a de que não seja necessária a reabilitação de condenação aplicada por Conselho Regional de Medicina onde o médico não esteja registrado há mais de 08 anos.

Por outro lado, caso o médico tenha transferido seu registro do CRM onde foi-lhe aplicada a sanção para outro CRM a menos de 08 anos (prazo este coincidente com o prazo da inelegibilidade), ainda assim lhe faltará uma das condições de elegibilidade, uma vez que terá obrigação de juntar ao requerimento de candidatura a certidão negativa do CRM onde houvera atuado.

É o parecer, S.M.J.

Brasília-DF, 01 de junho de 2018.


Allan Cotrim do Nascimento
Assessor Jurídico


Raphael Rabelo Cunha Melo
Assessor Jurídico

De acordo:

José Alejandro Bullón
Chefe da COJUR

